

O objeto direto de terceira pessoa na modalidade escrita: uma proposta didática¹

ROSELY LOPES DE FREITAS

Mestranda em Língua, Literatura e Interculturalidade
Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina
E-mail: rosely-freitas@outlook.com
Bolsista da CAPES

MARÍLIA SILVA VIEIRA

Pós-Doutora em Letras
Professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina
E-mail: vieirasmabilia@gmail.com

Revista Falange Miúda
ISSN 2525-5169

Periodicidade:
Fluxo contínuo

Volume 7
Número 1

Recebido em: 15/03/2022
Aprovado em: 24/06/2022

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma proposta didática sobre a reflexão da variável objeto direto de terceira pessoa na modalidade escrita. No que concerne à fundamentação teórica, ancoramos nas pesquisas de Freire (2005), Neiva (2007) e Santana (2016), sobre a abordagem unilateral de algumas gramáticas normativas e perspectivas dicotômicas de alguns professores sobre o fenômeno em questão. Mencionamos também sobre a variabilidade desse fenômeno morfossintático na fala (OMENA, 1978; NEIVA, 2007; CORRÊA, 2014) e escrita (AVERBUG, 2003; FREIRE, 2005; OLIVERA, 2007), sobre alguns condicionamentos linguísticos que influenciam as variantes clítico acusativo e objeto nulo (SANTANA, 2016) e sobre o comportamento dessa variável em diferentes gêneros textuais (SANTANA, PISSURNO E LIMA, 2019). No que diz respeito à metodologia, mencionamos sobre o ensino de gramática em três eixos (VIEIRA, 2017). No que tange às propostas didáticas, apresentamos seis questões acerca da variabilidade do fenômeno em diversos gêneros textuais. Com esta pesquisa, almejamos contribuir para pesquisas futuras propiciarem práticas pedagógicas com o intuito de provocar a reflexão acerca da variabilidade da língua escrita, para que os alunos possam compreender que a modalidade escrita, assim como a fala, também varia em um nível de monitoramento (BORTONI-RICARDO, 2004).

Palavras-chave:

Proposta didática; Objeto direto de terceira pessoa.; Modalidade escrita.

1 Introdução

Segundo Oliveira e Candau (2010, p. 18), “apesar de o colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo”. Nesse segmento, de acordo com os autores, a colonialidade sobrevive apesar da emancipação das colônias e caracteriza-se como um processo de valorização cultural dos elementos constituintes da identidade do colonizador, em detrimento dos elementos locais.

Nessa perspectiva, Amorim (2014) pondera que esse processo de continuação do colonialismo afeta também o plano linguístico, que resulta no currículo eurocêntrico que compõe o projeto político-pedagógico da maioria das escolas do país. Ademais, de acordo com o autor, esse processo se reflete na escolha e na valorização de uma variedade lusitana do português como língua nacional do Brasil, preterindo aquelas que se formaram sob a influência do contato entre línguas de povos subalternizados.

Nesse viés, por meio da obra de Soares (2002), nota-se que até mesmo a implantação da disciplina de Língua Portuguesa no currículo escolar tinha como objetivo ensinar a língua do “Príncipe”, ou seja, a língua do colonizador, e não a dos povos nativos. Contudo, a implantação da Sociolinguística no Brasil contribuiu significativamente para o reconhecimento e para as pesquisas sobre o Português Brasileiro e também para a documentação de variedades cultas e populares¹ (BAGNO, 2002). Entretanto, segundo Amorim (2014, p. 111), “o reconhecimento do caráter variável da língua parece ainda insuficiente para superar, no caso de ensino de Língua Portuguesa, a tradição gramatical que se impõe nas escolas do Brasil”.

Assim, diversos estudos têm demonstrado que muitos materiais didáticos possuem uma abordagem unilateral sobre o fenômeno morfossintático objeto direto de terceira pessoa, apresentando somente a variante prestigiada – o pronome clítico (CA)-, como se fosse a única possibilidade para o fenômeno em questão (FREIRE, 2005; SANTANA, 2016). Percebe-se que essa variante é bastante frequente no Português Europeu (doravante PE), apresentando-se em todo contínuo de oralidade-letramento (FREIRE, 2005). Contudo, vários trabalhos têm revelado a sua quase extinção na modalidade falada no Português Brasileiro (doravante PB), na qual surge o aparecimento de outras variantes: pronome lexical (PL), sintagma nominal (SN) e objeto nulo (ON)², de modo que esta se sobrepõe às demais de forma bastante expressiva (OMENA, 1978; NEIVA, 2007; CORRÊA, 2014).

Por outro lado, muitas pesquisas sobre a modalidade escrita têm demonstrado um número significativo de ocorrências do clítico, mas, mesmo assim, já se

¹ É nítido que foram realizados inúmeros processos e mudanças desde a inserção da disciplina de Língua Portuguesa no período colonial até o surgimento/influência da Sociolinguística Variacionista no ensino. Entretanto, devido não ser o ponto central do presente trabalho, não estenderemos esse assunto.

² Todas essas variantes para a função acusativa de terceira pessoa serão exemplificadas na fundamentação teórica.

encontram infiltradas as demais variantes para a função acusativa de terceira pessoa (AVERBUG, 2003; FREIRE, 2005; OLIVERA, 2007). Nessa lógica, é inviável um ensino que aborde somente o clítico, pois, como mostram os estudos (FREIRE, 2005), ele é muito frequente na modalidade falada do PE, mas quase inexistente no PB. Então, conforme as ideias supracitadas de Amorim (2014), acerca da relação entre colonialidade e língua³, um ensino que aborda somente a variante de prestígio e despreza as variantes da língua nativa está embasado em preceitos coloniais.

Apesar de reconhecermos a ineficácia de um ensino monocultural, concordamos com Bortoni-Ricardo (2004, 2005) sobre a importância da aprendizagem da variante de prestígio, pois esse saber amplia a competência comunicativa dos alunos. Então, neste trabalho, desenvolvemos uma proposta didática sobre a reflexão acerca das quatro variantes da variável objeto direto de terceira pessoa na modalidade escrita. Dessa forma, este artigo está dividido em 6 partes.

Primeiramente, apresentamos à presente introdução. Na etapa que se segue a este texto introdutório, abordaremos esse fenômeno por uma perspectiva tradicional (FREIRE, 2005; NEIVA, 2007; SANTANA, 2016), de acordo os trabalhos das modalidades oral (OMENA, 1978; NEIVA, 2007; CORRÊA, 2014) e da modalidade escrita (AVERBUG, 2003; FREIRE, 2005; OLIVERA, 2007), sobre alguns condicionamentos linguísticos que influenciam as quatro variantes (SANTANA, 2016), sobre sua variabilidade em diferentes gêneros textuais (SANTANA, PISSURNO E LIMA, 2019) e a necessidade de aliar o ensino da variedade culta com a reflexão acerca da variação linguística (BORTONI-RICARDO, 2004).

Na terceira parte, referente à metodologia, debatemos acerca do ensino de gramática sobre três eixos (VIEIRA, 2017). Na quarta parte, apresentaremos uma proposta didática com 6 questões sobre o objeto direto de terceira pessoa na modalidade escrita. Na quinta etapa, apresentamos as considerações finais e, por fim, na sexta parte, as referências que utilizamos para o presente trabalho.

2 Fundamentação Teórica

No que tange, especificamente, aos clíticos pronominais⁴, Biazolli (2016) afirma que eles são os pronomes oblíquos átonos e funcionam como objeto direto e indireto⁵

⁴ É importante salientar que os clíticos remetem a todas as partículas átonas e que necessitam de um hospedeiro, tais como: artigos, preposições, conjunções e pronomes oblíquos átonos (BIAZOLLI, 2016). Enquanto os três primeiros são denominados de simples, o segundo é denominado de especial, já que estes se associam apenas aos verbos (BRITO, DUARTE E MATOS, 2003 [1983]).

⁵ Os objetos diretos e indiretos são termos integrantes da oração que completam o sentido dos verbos transitivos. Enquanto o primeiro liga-se ao verbo sem preposição, o segundo liga-se ao verbo por meio de uma preposição. Veja a seguir os respectivos exemplos: (1) Maria vendia doces; (2) Davi gosta de

(SANTANA, 2016). Nesse sentido, de acordo Freire (2005), as gramáticas normativas do português, de um modo geral, trazem o seguinte quadro pronominal:

Quadro 1 – Pronomes pessoais

CASO RETO		
	ÁTONOS	TÔNICOS
Eu	me	mim, comigo
Tu	te	ti, contigo
Ele(a)	o, a, lhe, se	si, consigo, ele(a)
Nós	nos	conosco, nós
Vós	vos	convosco, vós
Eles(as)	os, as, lhes, se	si, consigo, eles(as)

Fonte: Freire (2005, p. 19).

Segundo Freire (2005), no que diz respeito aos oblíquos átonos, há uma distinção entre a terceira pessoa e as demais, uma vez que, na primeira e na segunda pessoas, os clíticos – **me, te, nos vos** -, desempenham as funções acusativa, dativa e reflexiva. Já a terceira pessoa, segundo o autor, possui peculiaridades: **o** e flexões para a função acusativa; **lhe** e flexões para a função dativa; **se** para a função reflexiva.

Nesse sentido, em relação ao objeto direto de terceira pessoa no PB, Neiva (2007) pondera que ele recebe um tratamento distinto no âmbito das gramáticas normativas e nos das pesquisas sociolinguísticas, pois, enquanto as primeiras estabelecem uma única possibilidade – CA-, as segundas revelam a existência de quatro possibilidades:

- *Você conhece Pedro?*

1 – *Eu conheço Pedro* (o uso do SN anafórico)

2 – *Eu conheço ele* (o uso do pronome lexical pleno)

3 – *Eu o conheço* (o uso do clítico)

4 – *Eu conheço* (o vazio lexical)

Nessa perspectiva, os trabalhos de Freire (2005) e Santana (2016) corroboram com a concepção de Neiva (2007) acerca da abordagem unilateral das gramáticas normativas e do ensino tradicional sobre a função acusativa. Nesse viés, Freire (2005) analisou alguns livros didáticos mais recentes que foram aprovados pelo MEC na época⁶ e chegou à conclusão de que os exercícios presentes nos livros tinham como

música. Essa explicação foi retirada do seguinte site: <<https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/objeto-direto-objeto-indireto.htm>>.

⁶ Freire mencionou que analisou os livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio mais recentes da época da escrita de seu trabalho, em meados do ano de 2005.

objetivo ressaltar o CA como a única variante “correta”, evitando assim, o uso do PL. Ademais, não houve nenhuma menção às demais variantes para a função acusativa.

Nesse segmento, Santana (2016) realizou uma entrevista com algumas professoras a respeito do objeto direto de terceira pessoa. Como resultado, a pesquisadora chegou à conclusão de que as docentes tinham uma visão dicotômica sobre o fenômeno em questão, sendo que, de um lado, o CA foi apresentado como a variante mais prestigiada e, do outro, o PL foi associado à modalidade oral e em um registro mais informal.

Entretanto, apesar de a escola abordar/privilegiar somente a variante CA para a função acusativa de terceira pessoa (FREIRE, 2005; SANTANA, 2016), vários trabalhos sociolinguísticos de diversas regiões do Brasil têm demonstrado a existência de outras possibilidades e, além disso, mostram o declínio do CA em detrimento da ascensão do ON na modalidade oral. Além disso, a maioria dos autores acreditam que os falantes optam, na fala, pelas variantes ON e SN, haja vista que, por um lado, o CA é muito privilegiado e não é espontâneo nas falas dos brasileiros – o que pode soar como algo forçado, por outro, o PL é muito estigmatizado (OMENA, 1978; NEIVA, 2007; CORRÊA, 2014).

No que diz respeito à modalidade escrita, as pesquisas mostram um certo crescimento do clítico, mas, mesmo assim, a aparição das demais variantes não está inibida. Isso demonstra que as variantes características da modalidade oral já se encontram infiltradas, de certa forma, na modalidade escrita (AVERBUG, 2003; FREIRE, 2005; OLIVERA, 2007). Nessa lógica, Freire (2005), em sua tese de doutorado, analisou o comportamento do acusativo e dativo na escrita brasileira e lusitana.

Nesse sentido, o autor chegou à conclusão de que no PE, o CA mostrou-se expressivo em todos os contextos e em todo o contínuo oralidade-letramento. Em contrapartida, no que se refere ao PB, o autor constatou que essa variante prestigiada apareceu somente com o traço de [+letramento] e, mesmo assim, as variantes alternativas apresentaram-se de forma expressiva, com destaque para o ON.

Quadro 2 - Trabalhos nas moralidades oral e escrita

Variantes	FUNÇÃO ACUSATIVA DE TERCEIRA PESSOA					
	Modalidade oral			Modalidade escrita		
	Omena (1978)	Neiva (2007)	Corrêa (2014)	Averbug (2003)	Freire (2005)	Oliveira (2007)
Clítico	0%	4,20%	0,55%	23%	47%	17%
Pronome	24%	2,40%	7,10%	9%	8%	23%
SN	0%	34,40%	15,30%	33%	14%	8%
Obj. Nulo	76%	59%	77,05%	35%	31%	52%

Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
-------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Criação própria.

Dessa forma, é imprescindível mencionar que existem condicionamentos linguísticos que contribuem para a aparição de determinada variante em detrimento de outras (SANTANA, 2016). Dessa maneira, veja a seguir, as principais conclusões que Santana (2016) obteve ao realizar uma análise sociolinguística da produção textual dos estudantes, no que tange à influência dos condicionamentos internos à língua, das variantes CA e PL:

Quadro 3 – Condicionamentos linguísticos mais recorrentes para o CA e PL, na pesquisa de Santana (2016)⁷

CA	PL
Antecedentes animados	Variante mais corrigida pelos professores
Antecedente sintagma nominal	Antecedentes animados
Antecedente mais próximo	Estrutura sintática S V OD V (infinitivo) e S V OD (predicativo)
Função sintática diferente do acusativo anafórico	
Estrutura simples S V OD	

Fonte: Santana (2016)

Além desses condicionamentos linguísticos, também existem fatores externos que influenciam números maiores/menores de determinadas variantes, como, por exemplo, a diversidade de gêneros textuais (SANTANA, PISSURNO E LIMA, 2019). Nesse sentido, Santana, Pissurno e Lima (2019) analisaram o comportamento do fenômeno em questão em dez gêneros textuais (editoriais, artigos científicos, teses/dissertações, cartas de leitor, crônicas, notícias, tirinhas anúncios, entrevistas sociolinguísticas e entrevistas impressas) e utilizaram o programa estatístico *Goldvarb X* para quantificar o número de ocorrências das variantes em cada gênero textual.

No que diz respeito ao panorama geral dos resultados, os pesquisadores afirmam:

Em síntese, pode-se observar que as estratégias se distribuem da seguinte forma entre os gêneros: (i) maior frequência de clítico em editoriais (88%), artigos (54%), teses/dissertações (52%), cartas de leitor (50%); (ii) maior frequência de SN em notícias (57%), crônicas (57%), anúncios (54%), entrevistas impressas (48%), tirinhas (46%); (iii) maior frequência de variante zero nas entrevistas sociolinguísticas (45%) e; (iv) ocorrências de variante pronome lexical apenas em entrevistas sociolinguísticas (30%) e impressas (4%). (SANTANA, PISSURNO E LIMA, 2019, p. 27).

⁷ Fonte: Elaborado pela autora com base em Santana (2016).

Nessa perspectiva, pelo fato de o número de ocorrências do ON ser predominante nas entrevistas sociolinguísticas (45 %), único gênero representativo de uma oralidade prototípica do *corpus*, e o do SN ser menos frequente justamente nesse gênero, os estudiosos classificaram o primeiro ao contexto de modalidade oral e o segundo ao contexto de modalidade escrita. Além disso, o CA foi mais frequente em textos escritos que “exigem” um maior grau de planejamento linguístico e, em contrapartida, o PL ocorreu exclusivamente nas entrevistas sociolinguísticas.

Por esses motivos, Santana, Pissurno e Lima (2019) associaram, por um lado, as variantes ON e PL à modalidade oral, sendo que, a primeira se refere aos diferentes tipos de registros (mais e menos monitorado) e a segunda diz respeito ao registro menos monitorado. Por outro lado, as variantes SN e CA se referem à modalidade escrita, sendo que, o primeiro concerne aos diferentes tipos de registro e a segunda tange ao registro mais monitorado. Pelas considerações dos autores, é nítido que o PL e o CA se opõem devido ao registro e o SN e o ON no nível de planejamento.

No decorrer do trabalho, os pesquisadores partiram dessas “descobertas” para enquadrar todos os gêneros textuais analisados em um *continuum* de oralidade-letramento e de monitoração estilística, sendo como avaliação para o primeiro o maior número de ocorrências de ON e, para o segundo, o maior número de ocorrências de CA. Por meio dessa obra, fica nítido que os gêneros textuais não são estanques (fala X escrita) e que a fala não está intrinsecamente relacionada com a informalidade e a escrita com a formalidade.

Pelo contrário, os autores frisam que os textos falados e escritos possuem níveis diferentes de flexibilidade, ou seja, nos textos mais flexíveis (por exemplo, as entrevistas sociolinguísticas) há mais probabilidade de ocorrer o PL, já nos textos menos flexíveis/mais planejados há mais chances de ocorrer o CA; por último, nos textos “intermediários” há possibilidade de ocorrer números variados das variantes.

Diante de tudo que foi exposto, é nítido que o fenômeno morfossintático objeto direto de terceira pessoa não possui um comportamento variável somente na modalidade oral (OMENA, 1978; NEIVA, 2007; CORRÊA, 2014), mas também na modalidade escrita (AVERBUG, 2003; FREIRE, 2005; OLIVERA, 2007) e que essa variabilidade está relacionada tanto aos condicionamentos internos (SANTANA, 2016), quanto aos externos, como, por exemplo, os diversos gêneros textuais (SANTANA, PISSURNO E LIMA, 2019).

No que concerne ao ensino do fenômeno em questão, torna-se inviável considerar somente o clítico, uma vez que, no PE, ele é bastante expressivo em todo o contínuo oralidade-letramento e em todos os contextos, mas, no PB, seu uso é quase escasso na fala e ocorre com mais frequência em contextos de mais monitoramento na escrita (FREIRE, 2005). Entretanto, é de suma importância que os discentes aprendem a variante de prestígio, “não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social” (BORTONI-RICARDO, 2005).

Nesse sentido, é relevante aliar o ensino da variedade culta com a reflexão acerca da variação linguística. Para isso, os três contínuos de variação linguística (BORTONI-RICARDO, 2004) configuram-se como uma alternativa viável. Diante disso, desenvolvemos uma proposta de ensino com o intuito dos alunos refletirem, em nível de recepção, sobre a variável objeto direto de terceira pessoa.

3 Metodologia

Em conformidade com o que foi exposto anteriormente, há uma discordância em relação ao comportamento da função acusativa de terceira pessoa pela gramática normativa e pelas pesquisas sociolinguísticas. Nessa perspectiva, almejamos elaborar uma sequência didática que propicie tanto a aprendizagem da variante prestigiada, quanto a reflexão sobre as demais variantes. Para isso, no que concerne ao referencial teórico-metodológico, ancoramos esse trabalho nos pressupostos da Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2004) e no ensino de gramática sobre três eixos (VIEIRA, 2017).

Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional é uma área teórico-prática inaugurada por Bortoni-Ricardo (2004). De acordo Bagno (2004), nas considerações preliminares do livro *“Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula”*, há mais de trinta anos, linguistas têm se dedicado a realizar pesquisas para compreender a nossa realidade linguística. Porém, segundo o autor, só recentemente iniciou-se um processo de divulgação desses resultados para um público maior, de modo que esses resultados se transformaram em instrumental pedagógico capaz de interferir nas formas de ensinar a Língua Portuguesa.

No que se refere aos três eixos para o ensino de gramática, de forma bastante simplificada, Vieira (2017) propõe os seguintes apontamentos: (1) Ensino de gramática e atividade reflexiva, (2) Ensino de gramática e produção de sentidos e, (3) Ensino de gramática, variações e normas. Nesse viés, a primeira abordagem é pautada pelos pressupostos de Franchi (2006). Segundo este autor, as atividades linguísticas são de três naturezas: a linguística, a epilinguística e a metalinguística e, respectivamente, são relacionadas à produção e compreensão de textos; diversificação dos recursos expressivos com que fala e escreve e a prática da diversidade dos fatos gramaticais de sua língua e, por último, à atividade metalinguística que acontece como “um trabalho inteligente de sistematização gramatical [...], que permite descrever a linguagem a partir da observação do caráter sistemático das construções, repletas de significação” (VIEIRA, 2017). A segunda abordagem é ancorada pelas concepções de Neves (2006) e Pauliukonis (2007) e, de forma muito simplificada, tem o objetivo de refletir acerca da produção de sentido. Já a terceira abordagem é embasada nas concepções de Bortoni-Ricardo (2005) e de

outros autores, e tem como objetivo propiciar ao aluno uma reflexão acerca da amplitude linguística.

No que tange ao terceiro eixo do ensino de gramática, como foi supracitado, Vieira (2017) pautou-se em vários autores, incluindo os três contínuos da variação linguística de Bortoni-Ricardo (2004). Nessa perspectiva, Bortoni-Ricardo (2004) propõe três contínuos para entendermos a variação do português brasileiro: (1) contínuo de urbanização, (2) contínuo de oralidade-letramento e, (3) contínuo de monitoração estilística. No contínuo de urbanização, há duas extremidades: de um lado, estão situados os falares rurais mais isolados, ou seja, possuem alguns falares típicos/estigmatizados do polo rural e são denominados de traços descontínuos.

Do outro lado, estão situados os falares urbanos que sofrem influência de agências padronizadoras da língua (mídia, imprensa e escola) e que possuem traços linguísticos que são situados na fala de todos os brasileiros, denominados traços graduais. No contínuo de oralidade-letramento, estão eventos de letramentos que são permeadas por um texto escrito, já os eventos de oralidade são aqueles que não têm interferência da língua escrita. Por último, o contínuo de monitoração estilística está relacionado desde interações espontâneas até interações planejadas que exigem muita atenção por parte do falante.

No que diz respeito ao presente trabalho, desenvolvemos uma proposta didática sobre a variável objeto direto de terceira pessoa, embasada nos pressupostos teóricos-metodológicos mencionados anteriormente (BORTONI-RICARDO, 2004; VIEIRA, 2017). Nesse viés, propomos 6 questões para promover a reflexão sobre a variabilidade do fenômeno em questão em diferentes gêneros textuais⁸. Para a realização dos exercícios, nos baseamos também nos trabalhos de Cabral (2016), Xavier (2015) e Morato (2019).

4 Sugestão de Proposta Pedagógica

Assim como afirma Bortoni-Ricardo (2004), a língua falada varia em um contínuo de monitoração estilística, isto é, quando estamos em um contexto espontâneo (por exemplo: quando estamos falando com a nossa família no dia a dia), falamos “normalmente”, sem a necessidade de prestarmos atenção se estamos falando de acordo os preceitos da gramática normativa. Por outro lado, quando estamos apresentando um trabalho escolar tentamos monitorar mais a nossa fala.

⁸ Baseamos a proposta pedagógica nas reflexões oriundas do trabalho de Santana, Pissurno e Lima (2019) acerca da variabilidade do objeto direto de terceira pessoa nos seguintes gêneros textuais: Editoriais, artigos, teses e dissertações, cartas de leitor, crônicas, notícias, tirinhas, anúncios, entrevistas sócio e entrevistas impressas. Além disso, também propusemos uma questão sobre os gêneros textuais tirinha, anúncio, crônica, notícia, carta do leitor, resenha crítica, conto, redação nota mil e música.

Entretanto, é interessante ressaltar que nem mesmo nesses contextos mais formais, monitoramos a fala em todos os momentos, por exemplo: pode ser que estejamos apresentando um trabalho e, por isso, monitoramos mais a forma de falar, mas, se na hora da apresentação, os equipamentos eletrônicos falharem e pedirmos ajuda dos profissionais da área, vamos monitorar menos a fala naquele momento. Nesse sentido, é crucial levar os alunos a refletirem que tanto a língua escrita quanto a língua falada variam no contínuo de monitoração estilística e, além disso, é essencial que os estudantes compreendam a distinção de *norma* e *registro* e de *modalidade e registro* (MARTINS, VIEIRA E TAVARES, 2020). Dessa forma, certamente, desmistificará a ideia errônea de que a modalidade escrita é exclusiva do registro formal.

No que diz respeito à variável objeto direto de terceira pessoa, é interessante influenciar os alunos a refletirem sobre quais variantes eles mais usam em seus textos escritos e se eles usam sempre a mesma variante ou optam por diferentes variantes dependendo do texto. É importante trabalhar com diferentes gêneros textuais, para que os discentes possam refletir novamente que assim como os textos orais, os textos escritos também variam no contínuo de monitoração estilística.

Além de ponderar sobre esse caráter heterogêneo dos textos escritos, é essencial frisar sobre o objeto direto de terceira pessoa, para que os alunos possam entender que esse fenômeno morfossintático se apresenta por meio de quatro variantes (PL, ON, SN e CA) dependendo do gênero textual. Por exemplo, há mais probabilidade de a variante PL aparecer em entrevistas sociolinguísticas e impressas do que em um texto dissertativo-argumentativo e, por outro lado, tem mais possibilidades de a variante CA aparecer em artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertação, tese e notícias do que em uma conversa escrita pelo aplicativo *WhatsApp*. A proposta pedagógica referente ao fenômeno em questão na modalidade escrita está disponível nos apêndices.

5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, mencionamos que o fenômeno morfossintático objeto direto de terceira pessoa possui uma abordagem unilateral pelas gramáticas normativas e uma visão dicotômica por parte de alguns professores, que foram entrevistados pela pesquisadora Santana (2016). Nesse viés, acreditamos que essa visão dicotômica, que classifica, por um lado, o CA como o “certo” e, por outro, o PL como “errado” é uma maneira de “engessar” a língua e omitir a heterogeneidade linguística.

Ademais, também refletimos acerca da variabilidade do fenômeno em questão nas modalidades oral/escrita e alguns condicionamentos linguísticos que influenciam no maior número de ocorrências das variantes CA e PL. Além disso,

reiteramos que o trabalho com os diversos gêneros textuais é crucial para que os alunos possam refletir acerca da variabilidade linguística e que os gêneros textuais orais/escritos não são estanques, mas são dinâmicos, fluídos e possuem diferentes níveis de planejamento. É em consonância com essas “exigências” que se tem uma maior/menor liberdade de usar as variantes da variável em questão.

Dessa forma, esperamos que essas breves propostas possam contribuir para que os pesquisadores, professores e demais interessados na área possam refletir acerca da variabilidade da língua e, especificamente, sobre a variável objeto direto de terceira pessoa. Além disso, também esperamos contribuir para pesquisas futuras sobre práticas pedagógicas voltadas a variabilidade da língua escrita, para que os discentes possam refletir que assim como a modalidade oral, a escrita também se molda aos diversos contextos comunicativos.

Referências

- AMORIM, F. da S. Ensino do português brasileiro: por uma pedagogia descolonial. *Web-revista SOCIODIALETO*, UEMS - Campo Grande, v. 5, n. 14, p. 111-138, nov. 2014.
- AVERBUG, M. C. G. Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes. In: *Cadernos do VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, Morfossintaxe*, Ano VII, UERJ, n° 11; Rio de Janeiro: CiFEFil, UERJ; 2003 p. 103-116.
- BAGNO, M. Língua, história e sociedade –Breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 179-199.
- BIAZOLLI, C. C. *Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma*. 381 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp. Araraquara-SP, 2016.
- BISOL, L. *O clítico e seu hospedeiro*. Letras de hoje, Rio Grande do Sul, v. 40, n.3, pág. 163-184, maio./2005. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13700>>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: MATEUS, M. H. M. et al. (Orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003[1983]. p. 797-867.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolingüística & educação*. Parábola, 2005.
- CABRAL, E. A. *Ensino de coesão referencial no 9º ano do ensino fundamental a partir do objeto direto anafórico de 3ª pessoa*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Letramento da língua de pesquisa Leitura e Produção Textual: Diversidade textual e práticas docentes).
- CORRÊA, L. de J. D. D. *A realização do objeto direto anafórico na fala do Araguaense: mudança em progresso?* 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-Mato Grosso, 2014.
- FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.
- FREIRE, G. C. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. 204 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- MORATO, G. F. de F. *Monitoramento linguístico: uma proposta de ensino baseado na sociolinguística educacional a partir dos pronomes pessoais*. 220 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.
- NEIVA, N. C. *Objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala culta de Salvador: o clítico em desuso*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- OMENA, N. P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação (Mestrado em Letras)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1978.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia Decolonial e educação anti-racista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: UFMG. v. 26, p. 15-40, 2010.

OLIVEIRA, S. M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, vol. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 03-05.

SANTANA, J. M. C. P. de. *Diagnose e ensino de pronomes: um estudo sobre a retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa no português brasileiro*. 205 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

SANTANA, J. M. C. P. de.; PISSURNO, K. C. da S.; LIMA, M. D. A. de O. *Variação estilística das estratégias de preenchimento do acusativo anafórico de terceira pessoa*. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; LIMA, Monique Débora (org). *Variação, gêneros textuais e ensino de Português: da norma culta à norma-padrão / Vários autores*. –Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019. 129p.

SILVA, F. P.; BALTAR, P.; LOURENÇO, B. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. *Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018.

SILVA, M. C. da. "Objeto Direto e Objeto Indireto"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/objeto-direto-objeto-indireto.htm>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

SOARES, M. Português na escola – História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M.(Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 155-177.

VIEIRA, S. R. (org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Edgard Blücher, 2017.

VIEIRA, S. R. Para uma norma-padrão flexível no contexto escolar. In: MACHADO-VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. (Orgs.). *Dimensões e pesquisas sociolinguísticas*. São Paulo: Blucher, 2019b. p. 243-264.

XAVIER, A. C. M. *Acusativo anafórico e normas do português na escola: uma proposta de intervenção para o ensino de gramática*. 127 f. Dissertação (Mestre em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal – RN, 2015.

Third Person Direct Object in the Written Mode: a Didactic Proposal

Revista Falange Miúda

ISSN 2525-5169

Periodicity:

Fluxo contínuo

Volume 7

Number 1

Received in: 15/03/2022

Approved in: 24/06/2022

Abstract:

The present research aims at introducing a reflection-based didactic proposal on the direct object variable in the written mode. Regarding our theoretical framework, we rely on studies by Freire (2005), Neiva (2007) and Santana (2016), tackling some unilateral approaches of some normative grammars and some teachers' dichotomic perspectives about such a phenomenon. Furthermore, we briefly mention, variability of such morphosyntactic phenomenon in speech (OMENA, 1978; NEIVA, 2007; CORRÊA, 2014) and written language (AVERBUG, 2003; FREIRE, 2005; OLIVERA, 2007), in terms of some linguistic routines that influence CA and ON variants (SANTANA, 2016) and the behavior of the variable in different text genres (SANTANA, PISSURNO; LIMA, 2019). Concerning methodology, we mention Three-strand Grammar Teaching (VIEIRA, 2017). When it comes to the didactic proposal, we ask six questions about the phenomenon variability in several text genres. With this research, we seek to contribute to making future research provide pedagogical practices so as to promote reflection about written language variability, enabling students to understand that both written and spoken language vary according to a monitoring level (BORTONI-RICARDO, 2004).

Keyword:

Didactic proposal; Third Person Direct Object; Written Mode.

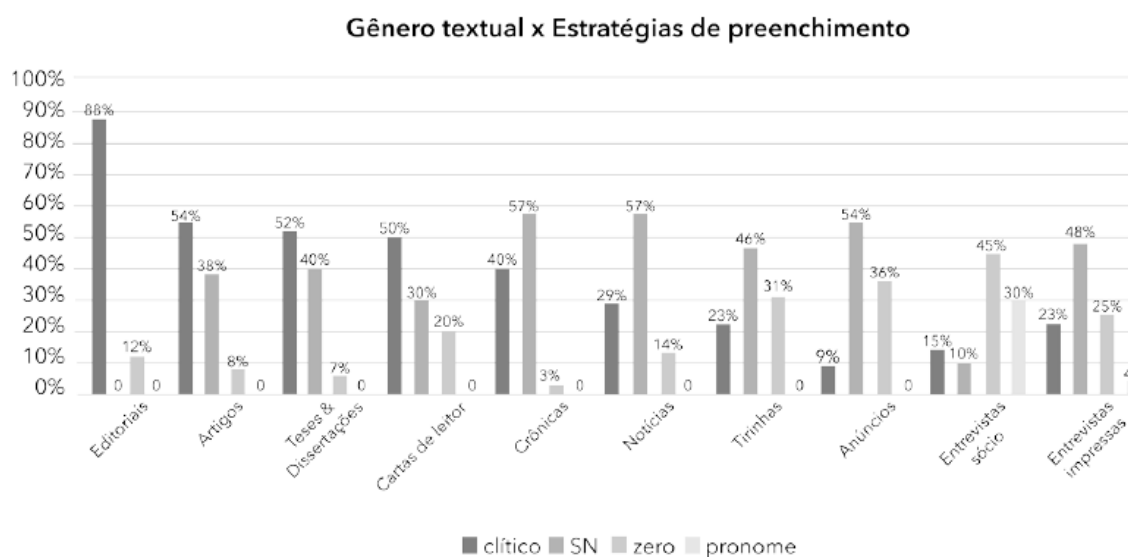
Apêndice

1 – A língua falada varia em um contínuo de monitoração estilística, isto é, quando estamos em um contexto espontâneo (por exemplo: quando estamos falando com a nossa família no dia a dia), falamos “normalmente”, sem a necessidade de prestarmos atenção se estamos falando de acordo os preceitos da gramática normativa. Por outro lado, quando estamos apresentando um trabalho escolar tentamos monitorar mais a nossa fala. Entretanto, é interessante ressaltar que nem mesmo nesses contextos mais formais, monitoramos a fala em todos os momentos, por exemplo: pode ser que estejamos apresentando um trabalho e, por isso, monitoramos mais a forma de falar, mas, se na hora da apresentação, os equipamentos eletrônicos estragarem e pedirmos ajuda dos profissionais da área, vamos monitorar menos a fala naquele momento. Você acha que a língua escrita também varia nesse contínuo de monitoração estilística? Ou você acha que essa modalidade está mais relacionada ao caráter mais formal? Redija sua opinião!

2 – Sobre a variável objeto direto de terceira pessoa, você já percebeu como você a escreve, qual variante você mais utiliza? Você sempre escreve a mesma variante, em todos os seus textos ou você opta por diferentes variantes, dependendo do texto? Argumente!

3 – Santana, Pissurno e Lima (2019) são pesquisadores que analisaram o comportamento da variável objeto direto de terceira pessoa em diversos gêneros textuais, chegando aos seguintes resultados:

Gráfico 1 – Distribuição das variantes de preenchimento do objeto direto segundo *gêneros textuais*



Fonte: Santana, Pissurno e Lima (2019).

a) O que você acha sobre o nível de formalidade dos textos apresentados no gráfico? Todos são formais (ou informais) ou possuem níveis diferentes de formalidade? Por quê?

b) De acordo com o que foi exposto no gráfico anterior, o que você percebeu acerca do comportamento do fenômeno em questão na modalidade escrita? Ele possui um comportamento estável ou heterogêneo? Por quê?

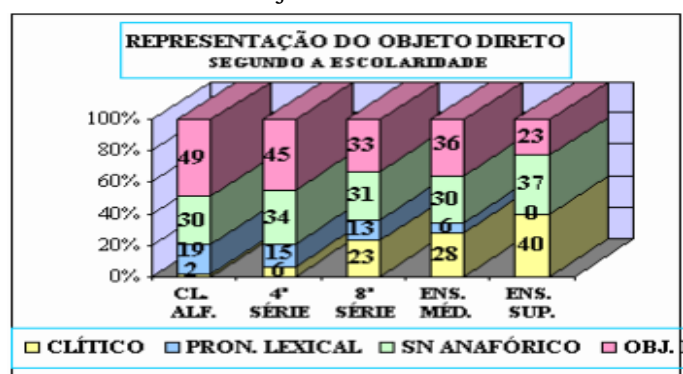
c) Percebe-se que a variante PL (ele/ela) ocorreu somente nas entrevistas sociolinguísticas e impressas. Por que você acha que essa variante não ocorreu nos demais textos?

d) A variável objeto direto de terceira pessoa teve um comportamento diferente nos textos abordados: (I) alguns textos, tiveram a predominância da variante clítico acusativo (editoriais, artigos, teses/dissertações e cartas de leitor), na qual, foram seguidos, majoritariamente, pela variante SN e, em menor escala, pela variante ON; (II) outros textos, tiveram um maior número da variante SN, sendo que, alguns foram seguidos principalmente pelo CA e depois pelo ON (crônicas e notícias) e outros foram seguidos principalmente pelo ON e CA (tirinhas, anúncios e entrevistas impressas); (III) por fim, as entrevistas sociolinguísticas e impressas (que são tipicamente oral) foram os únicos gêneros que tiveram a variante pronome lexical. Nesse sentido, você acha que o nível de formalidade desses textos está relacionado com as diferentes proporções de ocorrências (ou seja, o maior/menor números de determinadas variantes)? Se sim, quais variantes que você acha que são mais presentes em textos formais e informais? Você acha que tem gêneros mais ou menos flexíveis? Argumente!

e) A variante CA ocorreu em todos os textos abordados, mas teve preponderância, respectivamente, nos editoriais, artigos, teses/dissertações e cartas de leitor, na qual, foram seguidos, majoritariamente pela variante SN e, em menor escala, pela variante ON (obs: somente nos editoriais que não tiveram nenhuma ocorrência do SN, pois teve 88% de ocorrência do CA e 12% de objeto nulo). Você acha que o nível de formalidade desses textos está relacionado com as diferentes proporções de ocorrências (ou seja, o maior/menor números de determinadas variantes)? Se sim, quais variantes que você acha que são mais presentes em textos formais e informais? Argumente!

4 – Averbug (2007) pesquisou o impacto da escolaridade na escrita dos estudantes brasileiros sobre o fenômeno objeto direto de terceira pessoa e chegou ao seguinte resultado:

Gráfico 2 – Objeto direto e escolaridade⁹



Fonte: Averbug (2003).

Observe a imagem com muito cuidado e responda: Você percebeu se realmente a escolaridade causa impacto nos níveis das variantes? O que você percebeu? Argumente!

5- a) Reúnem-se em X grupos. Cada grupo vai ficar responsável por quantificar o número de ocorrências de variantes da variável objeto direto de terceira pessoa presentes em determinado gênero textual. Veja na tabela abaixo a divisão de cada grupo em relação aos textos propostos:

Quadro 4 – Gêneros textuais

Grupo A	Texto 1 – Tirinha
Grupo B	Texto 2 – Anúncio
Grupo C	Texto 3 – Crônica
Grupo D	Texto 4 – Notícia
Grupo E	Texto 5 – Carta do leitor
Grupo F	Texto 6 – Resenha crítica
Grupo G	Texto 7 – Conto
Grupo H	Texto 8 – Redação nota mil
Grupo I	Texto 9 – Música

Fonte: criação própria

Nesse sentido, cada grupo deverá preencher a seguinte tabela, de acordo os números de ocorrências das variantes da variável em questão presentes nos gêneros propostos:

Ex: Texto 10 - Poesia				
CA	ON	SN	PL	Total
0	7	0	3	10

⁹ Encontramos esse gráfico no seguinte site: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-12.html>

Ex: Texto 10 - Poesia				
CA	ON	SN	PL	Total

Após os grupos quantificarem as variantes dos textos propostos, um representante de cada grupo deverá preencher a tabela no quadro, para que todos possam refletir sobre as ocorrências, de todos os textos analisados.

b) Agora, após os dados analisados dos 9 gêneros textuais, você, juntamente com toda a turma e a pesquisadora vão desenvolver um gráfico (semelhante ao gráfico da questão 3) no quadro, para ter uma maior visibilidade da flexibilidade do fenômeno em questão nos textos trabalhados.

c) Após analisar a distribuição das variantes de preenchimento de objeto direto de terceira pessoa em diversos gêneros textuais (gráfico da questão 3), Santana, Pissurno e Lima (2019) chegaram as seguintes conclusões:

- O objeto nulo (ON) ocorreu em vários gêneros, mas teve predominância somente nos dados das entrevistas sociolinguísticas (45%), único gênero representativo de uma oralidade prototípica na amostra analisada.

- O sintagma nominal (SN) teve usos significativos na maioria dos gêneros observados, à exceção justamente das entrevistas sociolinguísticas, nas quais foi a estratégia menos utilizada (10%).

-Obs: o fato de o ON ter mais predominância nas entrevistas sociolinguísticas (que é o gênero analisado mais prototípico da fala) e o SN ter números altos em gêneros mais escritos e baixo índice nas entrevistas sociolinguísticas, fez com que os pesquisadores relacionassem o ON ao contexto de modalidade oral e o SN ao contexto da modalidade escrita.

- O clítico acusativo (CA) se assemelha ao sintagma nominal (SN) pelo fato de ter índices maiores em textos mais prototípicos da escrita, entretanto, se diferem pelo fato de que enquanto o primeiro (CA) está mais presente em textos que exigem um maior grau de planejamento linguístico (editoriais, artigos científicos e teses/dissertações acadêmicas), o segundo (SN) está mais presente em textos com graus intermediários/mais ou menos flexíveis de planejamento (notícias, anúncios, crônicas e tirinhas).

- O pronome lexical (PL) ocorreu exclusivamente nos dados de entrevistas, especialmente as sociolinguísticas (30%), não sendo verificado em nenhum dos demais gêneros. Isso fez com que os pesquisadores relacionassem essa variante ao domínio da oralidade e ao contexto de menor grau de planejamento/monitoração estilística.

Levando em consideração todas essas “descobertas”, os autores desenvolveram o quadro a seguir, sintetizando os traços do fenômeno em relação a modalidade oral e escrita e ao registro mais ou menos monitorado da língua:

Quadro 5 – Traços do acusativo anafórico de 3ª pessoa conforme contextos do compósito modalidade e registro de uso da língua

Contextos do compósito modalidade e registro	Traço do acusativo anafórico de 3ª pessoa			
	[+nulo]	[+SN]	[+clítico]	[+PL]
Escrita [+monitorada]	-	+	+	-
Escrita [-monitorada]	-	+	-	-
Oralidade [+monitorada]	+	-	-	-
Oralidade [-monitorada]	+	-	-	+

Fonte: Santana, Pissurno e Lima (2019, p. 33).

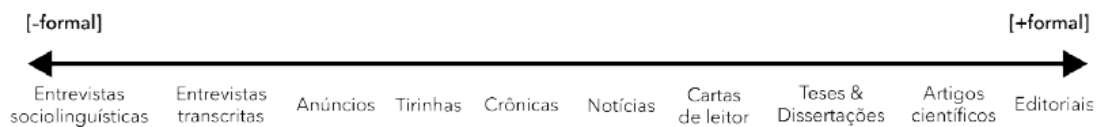
Logo em seguida, os estudiosos organizaram todos esses gêneros nos contínuos de oralidade-letramento e monitoração estilística, partindo do pressuposto que os gêneros que possuem mais ocorrências do objeto nulo ficam mais próximos do eixo da oralidade e, no que diz respeito ao segundo contínuo, os textos que possuem mais números do clítico acusativo ficam no eixo mais alto de monitoração:

Figura 1 – *Continnum* de oralidade-letramento dos gêneros da amostra



Fonte: Santana, Pissurno e Lima (2019, p.35).

Figura 2 - *Continnum* de monitoração estilística dos gêneros da amostra



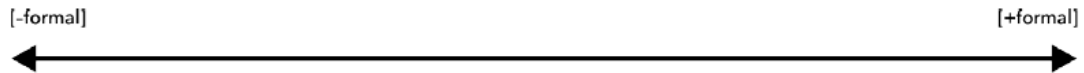
Fonte: Santana, Pissurno e Lima (2019, p.35).

Nesse sentido, considerando tudo que foi exposto, reflita sobre o quadro produzido na questão b (acerca da flexibilidade do objeto direto de terceira pessoa em diversos gêneros textuais) e enquadre todos os nove gêneros em um contínuo de oralidade-letramento e monitoração estilística:

Continnum de oralidade-letramento dos gêneros da amostra



Continnum de monitoração estilística dos gêneros da amostra



ⁱ Esse trabalho faz parte da dissertação, ainda em desenvolvimento, intitulada *A variável objeto direto de terceira do singular na escola: contribuições da Sociolinguística Educacional para as aulas de Português (estava previsto outro título “A variável objeto direto de terceira pessoa em duas escolas goianas: um estudo sob a ótica da Sociolinguística Educacional”, entretanto, resolvemos mudá-lo)*. Além do presente trabalho, foram desenvolvidos mais dois artigos que apresentam propostas didáticas sobre o fenômeno em questão na modalidade oral e no que tange as perspectivas linguísticas, intitulados, respectivamente, *Proposta didática sobre a variável objeto direto de terceira pessoa na modalidade oral* e *Breves reflexões sobre crenças e atitudes linguísticas do objeto direto de terceira pessoa: uma proposta pedagógica*.